

DEMOCRACIA NA ESCOLA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O FORTALECIMENTO DOS GRÊMIOS ESTUDANTIS NA EDUCAÇÃO INTEGRAL MARANHENSE

Bruno Emanuel Moraes Barros Santos ¹

Mayza Abreu França ²

Aloísio Moreno da Silva Terceiro ³

Daniel Araujo dos Santos ⁴

Eliezer Henrique da Silva Sousa ⁵

RESUMO

Segundo Libâneo (2001) “a escola é uma microcomunidade social, onde se articulam valores, normas, regras de convivência e formas de participação. Nela se aprendem os modos de ser e de conviver em sociedade.” Nessa perspectiva é importante analisarmos para além da educação tradicional e pensamos como a educação integral pode ser desenvolvida na sua dimensão social, principalmente nas ações que possam impulsionar a democracia e participação popular. Nessa perspectiva foi elaborado um projeto de implantação de grêmios estudantis nos Centros Educa Mais, escolas de educação integral em tempo integral, que possuíam poucos grêmios estudantis eleitos. A presente pesquisa quanti-qualitativa visa registrar os resultados dessa implantação e detalhar de que maneira essa ação se desenvolveu, a nível documental, além de realizar entrevistas com a equipe de implantação desses grêmios de forma a entender quais as suas primeiras impressões sobre o desenvolvimento desse núcleo de protagonismo juvenil nas escolas. Em 2023, os Centros Educa Mais maranhenses, escolas estaduais de nível médio, eram 57, onde haviam cinco grêmios estudantis eleitos, o que corresponde a 5% dessas escolas. As entrevistas apontam que esse resultado foi propiciado por essas escolas desenvolverem um modelo, o qual emerge do terceiro setor, que não tem diretrizes para implantação de grêmios, contudo por determinação da secretaria de educação foi iniciado as tratativas para ampliar essa implementação. Após reuniões com gestores, professores e estudantes, além de formações e produção de diretrizes de implantação de grêmios, foi possível observar um aumento significativo de grêmios eleitos, o que levou para 70% a taxa de escolas com essa expressão juvenil.

Palavras-chave: Grêmios Estudantis, Educação Integral, Protagonismo juvenil, ICE.

INTRODUÇÃO

A participação estudantil constitui um elemento essencial da gestão democrática da educação brasileira, sendo reconhecida como um direito e um instrumento de formação

¹ Mestrando em Educação pela Universidade Estadual do Maranhão. bembsbruno@gmail.com

² Graduanda do Curso de Pedagogia da Faculdade Laboro - mayza.abreuu@gmail.com;

³ Graduando do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Maranhão - UFMA, aloisio.moreno@discente.ufma.br ;

⁴ Graduando do Curso de Licenciatura em Biologia do Instituto Federal - IFMA, daniel.ara.sant@gmail.com;

⁵ Mestrando no Programa de Pós Graduação em Geografia - PPGGEO/UFMA henriqueeliezer060@gmail.com



cidadã. Diversos marcos legais sustentam essa perspectiva, a exemplo da Lei nº 7.398/1985, que institui os grêmios estudantis como entidades representativas dos alunos de escolas públicas e privadas de ensino fundamental e médio. A Constituição Federal de 1988 reforça esse princípio ao garantir, em seu artigo 205, que a educação tem por finalidade o “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988, p. 87). Nesse sentido, a presença de espaços de representação e voz discente nas escolas constitui parte fundamental da materialização da democracia no cotidiano escolar.

De forma complementar, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) assegura, em seu artigo 16, o direito à liberdade de opinião, expressão e participação na vida política e comunitária (BRASIL, 1990). Já a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/1996 estabelece, em seu artigo 3º, inciso VIII, o princípio da “gestão democrática do ensino público, na forma da lei e da legislação dos sistemas de ensino” (BRASIL, 1996, p. 4). O Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 também reafirma o compromisso com a promoção de uma cultura de participação e protagonismo juvenil, ao definir, entre suas diretrizes, o incentivo à autonomia e à gestão democrática nos espaços escolares (BRASIL, 2014).

Apesar dos avanços normativos, o cenário brasileiro ainda revela fragilidades na consolidação de práticas democráticas nas escolas. Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), apenas 12,3% das escolas públicas brasileiras possuem grêmios estudantis ativos. No estado do Maranhão, esse índice é ainda mais preocupante: apenas 5,2% das escolas contam com organizações estudantis formalizadas, o que evidencia a necessidade de políticas públicas voltadas à ampliação e fortalecimento desses espaços de participação (INEP, 2023).

Autores como Paro (2016) e Libâneo (2018) destacam que a efetivação da gestão democrática exige mais do que marcos legais — requer práticas pedagógicas e administrativas que reconheçam os estudantes como sujeitos históricos e políticos, capazes de intervir na realidade e contribuir para a transformação social. Para Paro (2016, p. 45), “a gestão democrática é condição essencial para que a escola cumpra sua função social de formar cidadãos críticos e participativos, e não meros reprodutores de uma ordem estabelecida”. Nesse sentido, a participação estudantil não deve ser vista apenas como uma formalidade institucional, mas como um processo contínuo de construção de autonomia, diálogo e corresponsabilidade.



Em consonância com esse entendimento, a Secretaria de Estado da Educação do Maranhão (SEDUC-MA) criou, em 2023, o Programa Educa Mais Grêmios, com o objetivo de fortalecer e expandir os espaços de representação estudantil nas escolas da rede pública estadual. A iniciativa insere-se no contexto mais amplo das políticas de educação integral e cidadã, alinhadas às metas de ampliação do protagonismo juvenil e da cultura de paz nos ambientes escolares. O programa busca promover o desenvolvimento de competências socioemocionais, o exercício da cidadania e o engajamento coletivo dos estudantes, estimulando o sentimento de pertencimento e corresponsabilidade pela escola (MARANHÃO, 2023).

A implementação do Educa Mais Grêmios representa, portanto, uma resposta institucional à carência de práticas democráticas efetivas nas escolas maranhenses, aproximando a teoria normativa da realidade educacional. Estudos como os de Gadotti (2009) e Dayrell (2019) reforçam que o protagonismo juvenil é um caminho estratégico para a construção de uma educação emancipadora e transformadora. Segundo Gadotti (2009, p. 78), “a educação democrática não se realiza apenas na sala de aula, mas também nos espaços de convivência e decisão, onde o jovem aprende a ser sujeito de sua própria história”. Nesse contexto, os grêmios estudantis configuram-se como laboratórios de cidadania, permitindo que os estudantes exerçam a liderança, aprendam a dialogar e se organizem coletivamente para reivindicar direitos e propor melhorias no ambiente escolar.

Dessa forma, o presente estudo tem por objetivo descrever as ações efetivadas para ampliação dos grêmios iniciais do Programa Educa Mais Grêmios, implementado pela Secretaria de Estado da Educação do Maranhão, destacando suas contribuições para a ampliação da participação estudantil e para a consolidação de práticas democráticas no ambiente escolar. Busca-se compreender de que maneira é possível fortalecer os grêmios estudantis e quais os resultados do desenvolvimento de uma cultura de participação e corresponsabilidade entre os estudantes, contribuindo para a formação integral e cidadã, conforme preconizam os princípios constitucionais e as diretrizes da educação nacional.

Em suma, discutir a participação estudantil significa revisitar o ideal de escola democrática defendido por Anísio Teixeira e Paulo Freire, para quem a educação é um ato essencialmente político e emancipador. Como afirma Freire (1996, p. 68), “a educação é um ato de amor e, por isso, um ato de coragem. Não pode temer o debate, a análise da realidade, a contestação”. Assim, a valorização do protagonismo juvenil e dos grêmios



estudantis não se limita a um cumprimento legal, mas reflete o compromisso ético e político de fazer da escola um espaço de liberdade, diálogo e transformação social.

METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como de abordagem quanti-qualitativa, de natureza descritiva e exploratória, tendo como objetivo analisar as ações desenvolvidas no âmbito do Programa Educa Mais Grêmios, implementado pela Secretaria de Estado da Educação do Maranhão (SEDUC-MA) em 2023. A escolha dessa abordagem se justifica pela necessidade de compreender o fenômeno estudado tanto em sua dimensão numérica — relacionada à abrangência e proporção de grêmios estudantis implantados — quanto em sua dimensão interpretativa, voltada à compreensão das percepções e experiências dos sujeitos envolvidos.

Segundo Minayo (2009, p. 22), “as abordagens quantitativa e qualitativa não são excludentes, mas complementares, permitindo uma compreensão mais ampla e aprofundada da realidade social”. Nessa perspectiva, a integração dos dois enfoques possibilitou não apenas descrever os dados obtidos, mas também compreender o significado das práticas de participação e gestão democrática nas escolas da rede estadual do Maranhão.

A pesquisa foi estruturada em duas etapas: pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo. A primeira teve como finalidade fundamentar teoricamente a discussão sobre gestão democrática, protagonismo juvenil e educação integral, a partir de autores como Paro (2016), Libâneo (2018), Gadotti (2009), Freire (1996) e Dayrell (2019). Para Gil (2019, p. 44), a pesquisa bibliográfica “é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”, sendo indispensável para a sustentação teórica e conceitual de estudos educacionais.

A pesquisa de campo foi realizada junto às gestões escolares dos Centros Educa Mais, unidades da rede pública estadual que integram o modelo de Educação em Tempo Integral. Foram utilizados formulários online e entrevistas semiestruturadas como instrumentos de coleta de dados. Os formulários, aplicados no ano de 2024, tiveram o objetivo de levantar informações quantitativas sobre a proporção de grêmios estudantis implantados nas 136 escolas participantes do programa, bem como identificar ações voltadas ao fortalecimento da participação estudantil.



As entrevistas semiestruturadas foram aplicadas a gestores escolares e técnicos da SEDUC-MA, buscando compreender qualitativamente os desafios, estratégias e resultados percebidos na implementação do programa. Essa técnica foi escolhida por permitir maior flexibilidade na coleta de informações e por favorecer o diálogo com os participantes. Conforme Triviños (1987, p. 146), a entrevista semiestruturada “parte de questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, mas admite que novos elementos surjam à medida que se desenvolve a conversa com o informante”.

Os dados quantitativos foram organizados em planilhas e analisados de forma descritiva, com base em frequências e percentuais, possibilitando a identificação de tendências e padrões referentes à presença e ao fortalecimento dos grêmios estudantis nas escolas da rede estadual. Já os dados qualitativos oriundos das entrevistas foram interpretados à luz dos referenciais teóricos, de modo a contextualizar as informações obtidas e relacioná-las às políticas públicas de educação integral e de gestão democrática.

A triangulação entre dados quantitativos e qualitativos permitiu uma análise mais abrangente, conectando indicadores objetivos (número de grêmios e ações implementadas) com aspectos subjetivos (percepções e significados atribuídos pelos gestores). De acordo com Flick (2009, p. 42), “a pesquisa mista enriquece a interpretação dos fenômenos sociais, ao combinar a mensuração de tendências gerais com a compreensão das experiências individuais”. Assim, o estudo buscou integrar as dimensões empíricas e interpretativas, promovendo uma leitura crítica sobre a efetividade do Programa Educa Mais Grêmios como política de fortalecimento da participação estudantil e da formação cidadã.

Por fim, destaca-se que todas as etapas da pesquisa respeitaram os princípios éticos de sigilo e consentimento livre dos participantes, conforme preconiza a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), que regulamenta as pesquisas em Ciências Humanas e Sociais no Brasil.

REFERENCIAL TEÓRICO

A discussão sobre o fortalecimento dos grêmios estudantis insere-se no campo mais amplo da educação integral e da gestão democrática, dimensões fundamentais para a consolidação de uma escola comprometida com a formação plena do sujeito. A educação integral, conforme afirmam Cavaliere (2002) e Coelho (2009), busca o desenvolvimento das múltiplas dimensões humanas — intelectual, emocional, social,



ética e política —, superando a visão fragmentada e conteudista da escola tradicional. Nesse sentido, o fortalecimento dos grêmios estudantis assume papel estratégico, pois oferece aos estudantes oportunidades de vivência democrática, diálogo e tomada de decisão, promovendo o desenvolvimento da autonomia e da consciência crítica.

Para Anísio Teixeira (1956), a escola pública deve ser um espaço de formação integral, em que o estudante aprenda a pensar e a agir de forma crítica e solidária. Em sua concepção de educação democrática, o autor defendia que a escola deveria “preparar o indivíduo para a vida em sociedade, desenvolvendo nele a capacidade de participar ativamente do processo social e político de sua comunidade” (TEIXEIRA, 1956, p. 42). Essa perspectiva encontra eco nas políticas contemporâneas de protagonismo juvenil, que compreendem o grêmio estudantil como um espaço privilegiado de aprendizagem da cidadania, da corresponsabilidade e do exercício da liberdade.

Segundo Freire (1987), a educação deve ser entendida como prática da liberdade, um ato político que permite ao sujeito tornar-se consciente de sua realidade e agir sobre ela. Ao vivenciar a gestão dos grêmios, os jovens têm a oportunidade de exercitar essa pedagogia da autonomia, tornando-se sujeitos de sua própria formação e de transformações coletivas no ambiente escolar. Como afirma o autor, “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo” (FREIRE, 1987, p. 78). A dinâmica dos grêmios, portanto, cria um espaço educativo onde o diálogo, a escuta e a ação coletiva se tornam instrumentos pedagógicos de formação crítica.

A gestão democrática é outro eixo estruturante para compreender o papel dos grêmios estudantis. Conforme Paro (2016, p. 28), a gestão democrática é “o princípio que dá concretude ao direito à educação, pois ela pressupõe a participação efetiva dos sujeitos que compõem a escola”. Essa participação não se restringe aos profissionais da educação, mas inclui os estudantes como protagonistas da vida escolar. O grêmio, nesse contexto, representa uma das formas mais legítimas e organizadas de inserção dos discentes nos processos decisórios da escola, fortalecendo a corresponsabilidade pela construção de um projeto educativo coletivo.

Para Libâneo (2018), a gestão democrática está intrinsecamente ligada à formação política e social dos sujeitos, uma vez que a escola é, antes de tudo, um espaço público de convivência e debate. O autor ressalta que a prática democrática na escola “favorece o desenvolvimento de atitudes participativas, críticas e cooperativas,



indispensáveis à consolidação da cidadania” (LIBÂNEO, 2018, p. 97). Assim, o grêmio estudantil transcende o papel meramente representativo e assume uma função formativa, criando condições para que o estudante se reconheça como sujeito político e agente de transformação social.

A perspectiva da formação política e social dos jovens por meio da participação estudantil também é defendida por Dayrell (2019), ao compreender a juventude como uma fase de construção de identidades e de inserção ativa na sociedade. Para o autor, o protagonismo juvenil não se limita à ocupação de espaços institucionais, mas envolve o reconhecimento dos jovens como produtores de cultura, de conhecimento e de práticas transformadoras. O grêmio estudantil, ao estimular a reflexão sobre direitos, deveres e coletividade, contribui para a consolidação dessa formação crítica e participativa.

A educação integral, por sua vez, não pode ser desvinculada da dimensão política e social da formação humana. Gadotti (2009) destaca que a educação integral implica compreender o aluno em sua totalidade e em suas múltiplas inserções no mundo, o que exige práticas pedagógicas que promovam a cidadania ativa e a consciência de pertencimento social. Ao incentivar o envolvimento dos estudantes em atividades de gestão, cultura, esporte e solidariedade, o grêmio amplia o horizonte formativo, articulando a aprendizagem escolar à vida comunitária e à prática da cidadania.

Nesse mesmo sentido, Cury (2002) defende que a educação democrática requer a efetiva participação dos estudantes na construção do ambiente escolar, pois “a cidadania se aprende exercitando-se” (CURY, 2002, p. 53). Essa ideia reforça o papel do grêmio como espaço de aprendizagem política, onde o jovem experimenta a prática democrática em situações reais de conflito, negociação e cooperação. Assim, a vivência gremista constitui uma forma de educação não formal que complementa o currículo escolar e contribui para a educação integral e cidadã.

Além disso, o fortalecimento dos grêmios está relacionado à construção de uma cultura de participação e análise crítica da sociedade, conforme propõe Charlot (2000), ao defender que o sentido da educação está na relação do sujeito com o saber e na capacidade de atribuir significado às experiências sociais. A escola que promove a participação discente contribui para que os estudantes se percebam como cidadãos ativos, capazes de compreender e intervir criticamente nas estruturas sociais.

Dessa forma, a consolidação de políticas voltadas ao fortalecimento dos grêmios estudantis, como o Programa Educa Mais Grêmios, não apenas cumpre um princípio legal



de gestão democrática, mas constitui uma estratégia pedagógica de formação cidadã, crítica e integral. Ao favorecer a escuta dos estudantes e valorizar suas iniciativas, a escola reafirma sua função social e política de formar sujeitos capazes de transformar a realidade em que vivem, consolidando a educação como prática da liberdade e da democracia.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A implantação do Programa Educa Mais Grêmios demonstrou impactos expressivos na promoção da gestão democrática e do protagonismo juvenil nos Centros Educa Mais do Maranhão. Entre os anos de 2022 e 2024, observou-se uma ampliação significativa da representação estudantil, passando de cinco grêmios ativos para 95 novos, alcançando 69% das 137 escolas da rede. Esse crescimento, equivalente a cerca de 700%, evidencia o fortalecimento de uma cultura de participação e corresponsabilidade nas práticas escolares.

Os dados da Secretaria de Estado da Educação do Maranhão indicam que o indicador de protagonismo juvenil atingiu a média 7,3, superando o índice nacional de 6,3. Esse avanço revela que a ampliação e o fortalecimento dos grêmios estudantis têm contribuído para consolidar práticas de educação integral e formação cidadã. Segundo Arroyo (2012), a educação integral requer a valorização das experiências sociais e culturais dos estudantes, bem como a ampliação dos tempos e espaços educativos que favoreçam o desenvolvimento pleno do sujeito. Nesse sentido, o grêmio estudantil torna-se um espaço privilegiado para o exercício da autonomia e da cidadania.

Além do aumento quantitativo de grêmios, o programa estimulou a criação de eventos esportivos, culturais e ações reivindicatórias junto a órgãos públicos, fortalecendo a vivência da cidadania e a compreensão dos estudantes como sujeitos políticos. Freire (1996) destaca que a prática educativa deve promover o diálogo e a ação transformadora, possibilitando que os educandos se reconheçam como agentes de mudança social. Assim, o envolvimento gremista tem permitido a materialização dessa perspectiva, aproximando os jovens da realidade comunitária e incentivando a leitura crítica do mundo.

A produção participativa das Diretrizes Educa Mais Grêmios consolidou um processo democrático de construção coletiva, refletindo os princípios da gestão democrática previstos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996). Esse movimento de escuta e decisão conjunta reforça a concepção de escola como espaço público de deliberação e pluralidade, conforme defendido por Paro (2016), para



quem a gestão democrática é condição essencial para a efetivação da educação de qualidade e para a formação política dos sujeitos.

Entre os materiais e ações desenvolvidos pelo programa, destacam-se: o instrumento de diagnóstico inicial sobre a presença de grêmios, elaborado em 2023; a produção de material informativo sobre o papel e a importância dos grêmios estudantis; vinte formações presenciais e cinco formações remotas voltadas para gestores, professores e estudantes; e as reuniões bimestrais entre a SEDUC e os representantes gremistas. A culminância desse processo foi a elaboração democrática da Cartilha Educa Mais Grêmios, com a participação de gestores escolares, líderes de turma, jovens acolhedores e presidentes de clubes de protagonismo, na produção e pactuação das ações previstas.

Essas iniciativas fortalecem a dimensão sociopolítica e formativa da atuação estudantil, ao incentivar o engajamento coletivo e o senso de responsabilidade social. Libâneo (2012) ressalta que a educação democrática não se limita à gestão escolar, mas se expressa nas práticas cotidianas que promovem a participação, o diálogo e o compromisso ético com o bem comum. O protagonismo estudantil, nesse contexto, ultrapassa o campo simbólico e se concretiza em ações que expressam a voz dos estudantes na gestão e no cotidiano escolar.

Nas escolas com grêmios estudantis ativos, foi possível registrar mais de 75 ações protagonizadas pelos estudantes, abrangendo áreas como esporte, cultura, solidariedade, meio ambiente e participação social. Essas ações refletem uma mudança de postura dos estudantes em relação à escola, que passa a ser percebida não apenas como espaço de aprendizagem formal, mas também como ambiente de convivência e transformação social. Para Gohn (2011), a participação social dos jovens constitui uma dimensão essencial da formação cidadã e deve ser entendida como prática educativa que estimula a consciência crítica e o compromisso coletivo.

Dessa forma, o Programa Educa Mais Grêmios reafirma o papel da escola como espaço de aprendizagem democrática e integral, onde os estudantes podem desenvolver competências cognitivas, sociais e políticas. Os resultados apresentados sugerem que políticas educacionais voltadas ao protagonismo juvenil podem contribuir significativamente para a consolidação de uma cultura democrática nas escolas públicas, alinhada aos princípios da educação integral e da formação cidadã.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



A presente pesquisa evidenciou que o Programa Educa Mais Grêmios, implantado pela Secretaria de Estado da Educação do Maranhão em 2023, representa um avanço significativo na efetivação de novos grêmios estudantis, assim como para o desenvolvendo a gestão democrática e na promoção do protagonismo juvenil como dimensões essenciais da educação integral. A ampliação expressiva dos grêmios estudantis, bem como o fortalecimento dos espaços de diálogo e participação coletiva, reforçam o compromisso da escola pública com a formação cidadã, ética e crítica dos estudantes. Dessa forma é demonstrado como o incentivo dinâmico às escolas e estudantes pode fortalecer a participação social através dos grêmios estudantis, assim como essa intencionalidade é necessária, pois sem informação e engajamento não é possível o fortalecimento da gestão democrática e participação efetiva dos estudantes nas escolas e comunidades.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. *Ofício de Mestre: imagens e autoimagens*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)*. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília, DF: Presidência da República, 1990.

BRASIL. *Lei nº 7.398, de 4 de novembro de 1985*. Dispõe sobre a organização de entidades estudantis e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 5 nov. 1985.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)*. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF: MEC, 1996.

BRASIL. *Plano Nacional de Educação 2014–2024*. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Brasília, DF: MEC, 2014.

CAVALIERE, Ana Maria. Tempo de escola e qualidade na educação pública. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 23, n. 80, p. 213-235, 2002.

CHARLOT, Bernard. *Da relação com o saber: elementos para uma teoria*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

COELHO, Lúcia M. Educação integral e tempo integral: um debate conceitual. *Cadernos Cenpec*, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 9-26, 2009.



CURY, Carlos Roberto Jamil. Educação e cidadania: o direito à educação e a educação para o direito. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 23, n. 80, p. 47-63, 2002.

DAYRELL, Juarez. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 40, n. 147, p. 47-68, 2019.

DAYRELL, Juarez. *A juventude e o protagonismo juvenil: entre o ideal e a realidade*. Belo Horizonte: UFMG, 2019.

FLICK, Uwe. *Introdução à pesquisa qualitativa*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GADOTTI, Moacir. *Educação e poder: introdução à pedagogia do conflito*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

GADOTTI, Moacir. *Educação e compromisso social*. São Paulo: Cortez, 2009.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GOHN, Maria da Glória. *Educação não formal e o educador social: atuação e campos de trabalho*. São Paulo: Cortez, 2011.

INEP. *Censo Escolar da Educação Básica 2023*. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2023.

LIBÂNEO, José Carlos. *Democracia, gestão e qualidade social da escola pública*. São Paulo: Cortez, 2012.

LIBÂNEO, José Carlos. *Democracia, participação e gestão escolar*. Campinas: Autores Associados, 2018.

LIBÂNEO, José Carlos. *Educação, escola e democracia*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

MARANHÃO. Secretaria de Estado da Educação. *Programa Educa Mais Grêmios*. São Luís: SEDUC-MA, 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2009.

PARO, Vitor Henrique. *Gestão democrática da escola pública*. São Paulo: Ática, 2016.

PARO, Vitor Henrique. *Gestão democrática da escola pública*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

PARO, Vitor Henrique. *Gestão democrática da escola pública*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2016.



TEIXEIRA, Anísio. *Educação é um direito*. Rio de Janeiro: MEC/INEP, 1956.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

